

COLEÇÃO

O NOVO
PROCESSO
CIVIL

MANOELA VIRMOND MUNHOZ

A PARTICIPAÇÃO DO AMICUS CURIAE

INTERESSE, FUNÇÕES, REGIME JURÍDICO E CLASSIFICAÇÃO

Prefácio
Sérgio Cruz Arenhart

Apresentação
Eduardo Talamini

LUIZ GUILHERME MARINONI
SÉRGIO CRUZ ARENHART
DANIEL MITIDIERO
Coordenadores

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretores de Conteúdo e Operações Editoriais

Alexandre Ferreira Mattioli e Juliana Mayumi Ono

Gerente de Conteúdo

Andréia R. Schneider Nunes Carvalhaes

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio,

Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Estagiários: Aline Pavanelli e João Victor Sales

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

Milisa Cristine Romera

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos

e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Jéssica Viana Bezerra

Analistas de Operações Editoriais: Danielle Castro de Moraes,

Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti,

Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino,

Maria Carliina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo

e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Beatriz Parise Jatene Castello Branco

e Rebeca Crespo Rangel

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação de capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

Camilla Furegato da Silva

Gerente de Operações e Produção Gráfica

Maurício Alves Monte

Analista de Produção Gráfica: Jéssica Maria Ferreira Bueno

Diagramação eletrônica: Thomson Reuters

Impressão e encadernação: DEK Comércio e Serviços Ltda.,

CNPJ 01.036.332/0001-99

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Munhoz, Manoela Virmond

A Participação do Amicus Curiae : interesse, funções, regime jurídico e classificação / Manoela Virmond Munhoz. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2024. -- (Coleção o novo processo civil / coordenadores Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero)

Bibliografia

ISBN 978-65-260-1561-2

1. Amici curiae 2. Processo civil 3. Regime jurídico I. Marinoni, Luiz Guilherme. II. Arenhart, Sérgio Cruz. III. Mitidiero, Daniel. IV. Título. V. Série.

24-200630

CDU-347.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Processo civil 347.9

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

260828

Sumário

radecimentos.....	5
Apresentação.....	7
Prefácio.....	9
Introdução.....	17
1. O <i>amicus curiae</i> no direito estrangeiro: elementos do direito norte-americano.....	21
1.1. Considerações iniciais.....	21
1.2. O desenvolvimento do <i>amicus curiae</i> no <i>common law</i> : da neutralidade à representatividade.....	22
1.3. Em algum momento, o <i>amicus curiae</i> foi mesmo neutro?.....	25
1.4. A exacerbação de poderes do <i>amicus curiae</i> e o desenvolvimento da patológica figura do <i>litigating amicus curiae</i>	27
1.5. Os <i>amici</i> públicos (governamentais) e os <i>amici</i> privados.....	30
1.6. A flexibilidade e os diferentes papéis que marcam o <i>amicus curiae</i> no direito norte-americano: a contribuição de Helen Anderson.....	32
1.7. Conclusões do capítulo.....	36
2. O <i>amicus curiae</i> no direito brasileiro.....	37
2.1. Das origens até a entrada em vigor do CPC/15.....	37
2.2. O <i>amicus curiae</i> a partir do CPC/15: novos fundamentos, ampliação de papel.....	42
2.3. Os diferentes papéis do <i>amicus curiae</i>	46
2.4. O interesse que fundamenta a intervenção do <i>amicus curiae</i> : entre “interesse jurídico”, “interesse institucional” e outros interesses.....	55

2.5.	Noções contemporâneas de legitimidade e interesse como filtros aplicáveis à participação do <i>amicus curiae</i>	63
2.6.	Taxonomia do <i>amicus curiae</i> : tentativa de sistematização à luz do interesse	65
2.6.1.	O amigo da corte em sentido estrito	66
2.6.2.	O amigo da parte	68
2.6.3.	O amigo independente	73
2.6.4.	O <i>amicus</i> interventor	74
2.6.5.	Considerações finais sobre a categorização proposta	75
2.7.	A (im)parcialidade do <i>amicus curiae</i>	76
2.7.1.	O amigo da corte em sentido estrito e o dever de imparcialidade	78
2.7.2.	O <i>amicus curiae</i> interessado e a (in)existência do dever de imparcialidade	80
2.8.	A posição processual do <i>amicus curiae</i>	83
2.9.	Distinções em relação a outras formas de intervenção de terceiros.....	85
2.9.1.	Distinções entre o <i>amicus curiae</i> e o assistente simples	85
2.9.2.	Distinções em relação aos auxiliares da justiça	87
2.9.3.	<i>Amicus curiae</i> vs. sujeito sobrestado: são categorias distintas?	89
2.9.4.	<i>Amicus curiae</i> vs. intervenção de membros de grupo ausentes	93
2.10.	Conclusões do capítulo	95
3.	O regime jurídico do <i>amicus curiae</i> no CPC/15.....	97
3.1.	Os pressupostos objetivos: a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia	97
3.2.	Os pressupostos subjetivos: pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com “representatividade adequada” (ou “contributividade adequada”)	101
3.3.	A questão da pertinência temática	106

3.4.	Os poderes do <i>amicus curiae</i>	110
3.4.1.	A interposição de recursos pelo <i>amicus curiae</i>	113
3.4.1.1.	Recorribilidade da decisão que admite ou inadmite a participação	113
3.4.1.2.	Embargos de declaração	118
3.4.1.3.	Recurso contra decisão que julga IRDR	121
3.4.1.4.	O interesse do <i>amicus curiae</i> para recorrer de decisões que prejudiquem sua esfera de direitos processuais....	123
3.4.2.	Sustentação oral pelo <i>amicus curiae</i>	124
3.4.3.	<i>Amicus curiae</i> e produção probatória.....	125
3.4.4.	Ausência de sujeição aos efeitos da coisa julgada ou efeito de intervenção. Afinal, qual estabilidade se aplica ao <i>amicus curiae</i> ?	125
3.4.5.	O ajuizamento de ação rescisória pelo <i>amicus curiae</i>	127
3.5.	O momento de ingresso do <i>amicus curiae</i>	129
3.6.	Negócios jurídicos processuais sobre participação de <i>amicus curiae</i>	130
3.7.	Sobreposição entre assistente simples e <i>amicus curiae</i> e a possibilidade de incorporação do regime jurídico.....	132
3.8.	Conclusões do capítulo	135
4.	O <i>amicus curiae</i> como mecanismo de participação na formação de precedentes	137
4.1.	Considerações iniciais	137
4.1.1.	Vinculação de terceiros e legitimidade democrática: participação como garantia do contraditório ampliado na formação de precedentes vinculantes	137
4.2.	Direito à participação.....	145
4.3.	Ampla publicidade ao procedimento de fixação de tese	147
4.4.	O direito à participação e a fundamentação das decisões judiciais: dever qualificado de fundamentação que se aplica às intervenções de <i>amici curiae</i>	149
4.5.	Necessidade de equalização da participação e respeito à paridade de armas.....	152

4.6. A decisão de saneamento e organização do procedimento voltado à formação de padrão decisório vinculante e a organização da participação.....	154
4.7. Participação do <i>amicus curiae</i> no procedimento de revisão de tese...	157
4.8. Participação do <i>amicus curiae</i> na modulação de efeitos do precedente.....	158
4.9. Conclusões do capítulo	160
Conclusão.....	163
Referências bibliográficas	167